

Brasil e América do Sul: Subimperialismo e Semiperiferia em Perspectiva Histórica

Carlos Eduardo Vidigal *

Resumo: O conceito de subimperialismo de Ruy Mauro Marini ocupa lugar marginal na academia, mesmo em cursos de Ciências Sociais e áreas afins. A subárea de História das Relações Internacionais pode contribuir para ampliar a compreensão do conceito, como formulado por Marini e analisado por Mathias Seibel Luce, em sua aplicação a determinados períodos da história das relações internacionais do Brasil. A integração regional foi analisada em quatro períodos distintos – à época da política externa independente, sob o governo do general-presidente Castelo Branco, no contexto da criação do Mercosul e sob os governos Lula (2003-2010) – para avaliar em que medida o conceito pode ser aplicado em diferentes contextos. Foram identificadas linhas de continuidade que sustentaram o uso do conceito nesses períodos, tendo como contraponto a condição semiperiférica do Brasil e os projetos brasileiros (ou conjuntos) de integração regional.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini. Subimperialismo. Semiperiferia.

Resumen: El concepto de subimperialismo de Ruy Mauro Marini ocupa un lugar marginal en la academia, incluso en cursos de Ciencias Sociales y áreas afines. La subárea de Historia de las Relaciones Internacionales puede contribuir a ampliar la comprensión del concepto, como formulado por Marini y analizado por Mathias Seibel Luce, en su aplicación a determinados períodos de la historia de las relaciones internacionales en Brasil. La integración regional fue analizada en cuatro periodos distintos – en la fase de la política externa independiente, en el gobierno del general-presidente Castelo Branco, en el contexto de la creación del Mercosur y bajo los gobiernos Lula (2003-2010) – para evaluar en qué medida el concepto puede ser aplicado en diferentes contextos. Se identificaron líneas de continuidad que sustentaron el uso del concepto en esos períodos, tomando como contrapunto la condición semiperiférica de Brasil y los proyectos brasileños (o conjuntos) de integración regional.

Palabras clave: Ruy Mauro Marini. Subimperialismo. Semiperiferia.

Abstract: Ruy Mauro Marini's concept of sub-imperialism occupies a marginal place in the academia, even in Social Sciences courses and related areas. The subarea of History of International Relations can contribute to broadening the understanding of the concept, as formulated by Marini and analyzed by Mathias Seibel Luce, in its application to certain periods in the history of international relations in Brazil. Regional integration was analyzed in four distinct periods – at the time of the independent foreign policy, in the government of General-President Castelo Branco, in the context of the creation of Mercosul and under Lula's governments (2003-2010) – to assess the extent to which the concept can be applied in different contexts. Lines of continuity were identified that supported the use of the concept in these periods, taking as a counterpoint the semi-peripheral condition of Brazil and the Brazilian projects (or sets) of regional integration.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Sub-imperialism. Semiperiphery.

* Doutor em Relações Internacionais e professor do Departamento de História da UnB.

Introdução

A História, diferentemente de outras ciências sociais, tem na teoria e no conceito seu ponto de chegada e não de partida. Nela prevalece a força da narrativa, o reconhecimento da diversidade e complexidade do acontecimento histórico, a consciência da impossibilidade de reduzir a termos simples toda a riqueza das escolhas humanas e das possibilidades não realizadas. Não significa que a História possa prescindir do conceito ou desdenhar teorias, porquanto teorias e conceitos são elementos constituintes do conhecimento e do diálogo (HELLER, 2016; EAGLETON, 1998; ANSALDI e GIORDANO, 2012). O conceito de subimperialismo, como formulado por Ruy Mauro Marini (1969), possuía inequívoco arcabouço histórico e profundo conhecimento das sociedades latino-americanas e suas relações de força.

Em sua interpretação, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema capitalista e as acentuou até seu limite, em sua especificidade própria: a superexploração do trabalho, que propiciou a concentração da riqueza em um polo da sociedade e a pauperização das massas trabalhadoras em outro, o que impediu o desenvolvimento de áreas rurais e mesmo urbanas. A integração regional pleiteada à época pelos regimes tecnocráticos-militares se dava por meio da transferência para os países latino-americanos de certas etapas inferiores do processo de produção, enquanto as etapas mais avançadas eram reservadas aos centros imperialistas (MARINI, 1969). O avanço da industrialização na América Latina levava, portanto, a um aprofundamento de sua dependência econômica e tecnológica e criava uma hierarquia entre países em desenvolvimento e aqueles que se mantinham como meros mercados consumidores.

A integração latino-americana, abordada com o instrumental analítico da História das Relações Internacionais (HRI), permite divisar aspectos que podem contribuir para uma melhor compreensão desse conceito, construído na interface da superexploração do trabalho, da industrialização de certos países da região e de sua inserção na economia mundial. Marini considerava que a política externa do governo do general Castelo Branco, autointitulada “política de interdependência continental”, tinha suas raízes na dinâmica da economia mundial, ou seja, nas mudanças ocorridas na economia norte-americana e nas suas relações com os países periféricos. A acumulação capitalista e a concentração crescente da riqueza nos Estados Unidos incrementaram os investimentos no exterior, ampliando as fronteiras econômicas do país e intensificando “[...] o amálgama de interesses nos países contidos nelas e se torna cada vez mais necessário que, de distintas maneiras, o governo de Washington estenda mais além dos limites territoriais a proteção que dispensa a seus nacionais”

(MARINI, 2000, p. 49-50). O Brasil se tornava, cada vez mais, território propício à expansão do capital norte-americano, para o que exigia elites dirigentes locais abertas à sua influência.

A economia brasileira havia passado por um crescimento significativo nas décadas anteriores, resultando no acirramento das contradições de classe, o que João Goulart tentou equacionar por meio de uma política de dinamização e diversificação do mercado interno com políticas sociais de viés distributivo. O subimperialismo, naquele contexto, era uma estratégia para enfrentar a crise e que contemplava a exportação de capitais – bens de consumo duráveis e não-duráveis – e o aumento da capacidade de compra do Estado, o que daria com uma consistente política de desenvolvimento da infraestrutura nas áreas de transporte, geração e distribuição de energia, além do reequipamento das forças armadas, como destacado por Mathias Seibel Luce (2011). A essas duas políticas, Luce acrescentou “a sociedade de consumo ‘à moda da casa’”, possibilitada pela transferência de renda das camadas mais pobres para os setores médios e de alta renda, com a finalidade de criar um ambiente econômico favorável à indústria tecnologicamente avançada. Complementava-se, assim, o esquema pelo qual o subimperialismo se realizava.

Coerente com seus objetivos de evidenciar a existência de uma teoria sobre o subimperialismo na obra de Marini, com as devidas ênfases na superexploração do trabalho e em sua perspectiva revolucionária, Luce (2011) concentrou-se no debate sobre os sentidos do conceito. Definiu o subimperialismo como uma forma particular do padrão de reprodução do capital, situada na confluência, histórica e geograficamente definida, das seguintes categorias: superexploração do trabalho, transferência de valor, composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capitalismo financeiro, cooperação antagônica e hegemonia regional. Essa variável explicava a ascensão do Brasil à condição de *potência hegemônica regional*, exportadora de manufaturados, em um padrão industrial diversificado, diferenciando-o de outras nações latino-americanas. É nesse sentido que, com o advento da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), países vizinhos tornaram-se mercados de manufaturados do Brasil. A condição de potência regional pretensamente hegemônica permite ultrapassar o conceito essencialista de Luce, que, ao procurar os elementos centrais do conceito de subimperialismo, relegou a um segundo plano ou mesmo negligenciou aspectos que, na perspectiva da História das Relações Internacionais, podem contribuir para a compreensão do conceito: a relação entre subimperialismo e semiperiferia; e sua dimensão geopolítica.

A hipótese de trabalho é que o subimperialismo pode ser compreendido como parte da condição semiperiférica – na forma como foi definida por Immanuel

Wallerstein (1974) – e que o país que alcança a condição de potência hegemônica regional ou mesmo a condição de potência regional traz consigo um novo tipo de relações internacionais de incontornável conteúdo geopolítico. A semiperiferia refere-se ao país ou conjunto de países que ocupam uma posição intermediária na estrutura “núcleo orgânico-periferia” da economia capitalista mundial. Estados semiperiféricos colhem apenas benefícios marginais em suas relações com o núcleo orgânico; mas reservam para si a maioria dos benefícios em suas relações com Estados periféricos. Em contrapartida, a divisão de tarefas na economia-mundo estabelece uma hierarquia na qual os países centrais se beneficiam da concentração de capital, do controle da tecnologia de ponta e da formação de mão-de-obra qualificada. A distribuição geográfica assimétrica desses recursos assegura a tendência à manutenção do sistema (WALLERSTEIN, 1974).

Marini, ao analisar a tendência integracionista do capitalismo no segundo pós-guerra, identificou a diferenciação da economia mundial com o aparecimento de subcentros econômicos e políticos, dotados de certa autonomia em relação ao imperialismo dominante. A hierarquização dos países capitalistas teria se dado de forma piramidal, com centros médios de acumulação, as potências capitalistas médias. Foi essa percepção que o levou à concepção do subimperialismo. Na interpretação de Luce (2011), a internacionalização do capital, com investimentos diretos na indústria, teria resultado na integração dos sistemas de produção e na composição das burguesias locais com as burguesias dominantes, incluindo a ascensão do Brasil à condição de potência intermediária.

A ascensão à condição de potência regional de perfil subimperialista, por sua vez, representa, para os vizinhos periféricos e semiperiféricos, e mesmo para a potência ou potências vinculadas ao país emergente – estas últimas em razão da *cooperação antagônica*, um dos elementos do conceito de subimperialismo – questões, demandas e desafios anteriormente inexistentes ou mitigados. O subimperialismo, embora não se confunda com a semiperiferia, com ela se relaciona, ou melhor, pode ser interpretado como parte dela.

Para avaliar essas questões, o texto se encontra dividido em quatro seções, que abordam as relações Brasil-Estados Unidos e o advento do conceito de subimperialismo; a *Operação Amazônia*, um episódio da política brasileira de integração sul-americana; a criação do Mercosul e seu significado à luz da expansão econômica do Brasil; e a integração da América do Sul sob o governo de Lula/PT. A escolha desses acontecimentos deu-se em razão de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos sobre a história das relações internacionais do Brasil (DORATIOTO e VIDIGAL, 2021). Na primeira seção, destaca-se a presença dos Estados Unidos no Brasil, perpassando

as relações de comércio, investimentos e cultura, para a compreensão das relações bilaterais no segundo pós-guerra e do processo de integração econômica assimétrica. Nas três seguintes, a integração regional sul-americana e as políticas brasileiras para a região são analisadas na perspectiva do papel que o Brasil cumpre na região como país semiperiférico subimperialista. Nas considerações finais, é retomada parte da reflexão inicial sobre o subimperialismo, vinculando-o com a noção de semiperiferia e com a dimensão geopolítica regional. Espera-se que, ao final da leitura, seja possível uma compreensão mais abrangente do subimperialismo brasileiro, à luz da trajetória de suas relações internacionais e de algumas iniciativas de integração.

1. Relações Brasil-Estados Unidos e subimperialismo

As relações do Brasil com os Estados Unidos se constituíram historicamente em um dos mais importantes laços bilaterais do país, ao lado da Argentina, adquirindo uma dimensão estrutural entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. A partir da grande depressão dos anos 1930, essas relações assumiram novo perfil, diante das dificuldades de Washington em atender as principais demandas brasileiras e de outros países da região, além das necessidades de o país avançar no que se denominava *desenvolvimento industrial autônomo*. Desde a americanização da política externa brasileira na primeira década de República e do estabelecimento da embaixada brasileira em Washington, em 1905, suas relações se diversificaram e, a partir da Segunda Guerra Mundial, ganharam maior densidade. O Brasil, que trazia entre suas prioridades em política externa a busca de recursos para o desenvolvimento, apoiou a política norte-americana no plano internacional e regional. A participação brasileira nas conferências de Bretton Woods, São Francisco, Havana, Chapultepec, Rio de Janeiro e Bogotá se deu em consonância com Washington, tendo como contraponto os esforços que, em conjunto com países latino-americanos e caribenhos, resultaram na criação da Cepal.

A política exterior brasileira de aproximação com os Estados Unidos, que procurava conciliar a atitude cooperativa nos foros internacionais com as ambições econômicas, enfrentou certa resistência por parte do Departamento de Estado, resultando em uma série de frustrações. Nem as comissões mistas sob os governos de Dutra e Perón, nem a acolhida da Operação Pan-Americana ou a Aliança para o Progresso atenderam às reivindicações brasileiras em termos de financiamento ou transferência de tecnologia. Para Marini (2000), essas dissonâncias se davam em contexto mais amplo, pois entre as décadas de 1930 e 1950 o setor industrial cresceu de forma acelerada, ainda mais que a desnacionalização resultante dos investimentos externos,

resultando em agravamento das tensões entre os setores interno e externo, em meio a que as demandas crescentes de importações entravam em conflito na área cambial com as pressões do setor externo para exportar seus lucros. Esse conflito de interesses esteve presente na crise política de 1954 e na crise dos anos 1961-1964, cenário no qual se formulou o conceito de subimperialismo.

A historiografia brasileira em HRI converge na interpretação de que o período de 1945 a 1964, à exceção do governo João Goulart, foi caracterizado pela manutenção da “tradicional política de amizade e aproximação entre os dois países”, o que tornava os desentendimentos conjunturais secundários. Os Estados Unidos eram os principais parceiros comerciais e os maiores investidores, elementos que, ao lado da influência cultural de longa data e da similaridade de instituições criadas à época da Guerra Fria na área da defesa, facilitavam o entendimento bilateral (BUENO e CERVO, 2015). A linguagem do historiador internacionalista às vezes obnubila o fato de que os desentendimentos entre Rio de Janeiro e Washington se configuram sob a presidência de Goulart em algo mais profundo do que o desentendimento ou a desconfiança. Como observou Clodoaldo Bueno, as divergências se deram em torno da expropriação da filial da ITT, por decisão do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; das exigências do governo norte-americano e do FMI na liberação de recursos; da lei de remessa de lucros votada no Congresso Nacional; da presença de comunistas no governo; e da política econômica de viés nacionalista e desenvolvimentista. Ao lado dessas questões, suscitava preocupações no Departamento de Estado a desenvoltura – autonomia – com a qual a diplomacia brasileira atuava nos organismos multilaterais, a aprofundar o abandono do compasso de Washington (BUENO e CERVO, 2015). Bueno e Cervo e Marini apresentam em comum a marcada distância ou diferenciação entre o interno e externo, embora de forma mais acentuada nos primeiros que no segundo.

O que queremos destacar é que a presença comercial, financeira, administrava e cultural dos Estados Unidos no Brasil era ainda mais forte do que o sugerido acima. Essa percepção era compartilhada por muitos intelectuais à época, em diferentes perspectivas. Para Andre Gunder Frank (1969), o desenvolvimento na América Latina deveria ser compreendido na totalidade, o conjunto do sistema econômico mundial, em que o todo determina a constituição das partes, conforme a tendência do centro do capitalismo, a *metrópole*. Os países periféricos – ou *satélites*, como os denominava – não deveriam ser estudados em si mesmos, porque a periferia é determinada pelo centro. “É a metrópole que gera a periferia” (apud VASCONCELLOS, 2014, p. 116). Nesse ponto é que retornamos à observação de Luce, para quem

[...] o subimperialismo é um fenômeno possível de acontecer nos países semiperiféricos, como sugeriu Frank. Porém, não é um conceito equivalente ou intercambiável com o de semiperiferia, como querem Theotonio dos Santos em seus escritos mais recentes, entre outros autores. (LUCE, 2011, p. 187).

Sem dúvida, os conceitos de semiperiferia e subimperialismo não se confundem, mas se sobrepõem, tanto no tocante às relações da semiperiferia com a periferia quanto às relações com o centro. Para Marini, a internacionalização da produção capitalista propiciou o surgimento de *subcentros* econômicos e políticos que, dotados de autonomia relativa, passavam a apresentar tendências expansionistas e subimperialistas, a partir do momento que alcançassem certo grau de monopolização e de presença de capital financeiro. O subimperialismo, concebido, como se viu acima, como “[...] uma forma particular ao padrão de reprodução do capital, situada na confluência, histórica e geograficamente definidas” (apud LUCE, 2011), pressupõe a semiperiferia.

Os dois conceitos trazem em comum a superexploração do trabalho, a transferência de valor e a composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capitalismo financeiro, podendo se diferenciar em termos da cooperação antagônica e da hegemonia regional. Marini (1974), ao analisar o conceito de interdependência do governo de Castelo Branco, avaliava que, embora o país pudesse aceitar a premissa de que sua posição geográfica o colocava sob a influência norte-americana, com o reconhecimento do “quase-monopólio” de domínio do Brasil na América do Sul atlântica, em uma referência às pretensões argentinas, havia um grau significativo de autonomia por parte do Brasil. Estados Unidos, Brasil e Argentina tiveram papel relevante na geopolítica sul-americana naquele período, como analisado por Moniz Bandeira, para quem a integração entre os dois países platinos sempre permeou a rivalidade, prevalecendo, enfim, as forças aglutinadoras (BANDEIRA, 2003). Antes de avançarmos, porém, no tema da integração regional e seus vínculos com o subimperialismo, duas observações se fazem necessárias: uma sobre a integração do capitalismo brasileiro com o norte-americano e outra sobre as relações Brasil-Argentina.

A economia brasileira tornou-se palco da disputa hegemônica entre Grã-Bretanha e Estados Unidos entre 1808 e 1850, ou melhor, do desafio norte-americano à preponderância britânica no Brasil (WRIGHT, 1972). Ao tornar-se, em meados daquele século, o principal destino das exportações de café, posição que sustentaria até a década de 1960, possibilitando ao Império do Brasil equilibrar suas finanças e promover a modernização do país – industrialização, urbanização, crescimento populacional –, criou as condições necessárias para moldar a economia brasileira ao feito de seus interesses. Durante a Primeira República, aprofundou-se a dependência

em relação ao café, a industrialização beneficiou-se dos investimentos diretos dos Estados Unidos em serviços urbanos e infraestrutura, e o Brasil se tornou um dos principais receptores de produtos culturais daquele país. Embora a grande depressão e a Segunda Guerra Mundial tenham despertado autoridades políticas brasileiras para a diversificação econômica e a industrialização, ao final do conflito, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, com capitais e tecnologia norte-americanos, aprofundou ainda mais os laços econômicos entre os dois países. O capitalismo norte-americano se expandira no território brasileiro, constituía parte incontornável da indústria nacional e passara a deter forte poder de influência no âmbito político nacional.

Como observou Aristóteles Moura (1959), no final da década de 1950, a dependência brasileira em relação à política exterior norte-americana não advinha somente de suas empresas e empréstimos. O Brasil havia se constituído no segundo pós-guerra em um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e destino de investimentos diretos de empresas norte-americanas, cujo volume de capitais era superior ao total das empresas dos países europeus. Comércio e investimentos eram aspectos estruturantes de um sistema que incluía “[...] acordos diversos, como o de assistência militar, os acordos atômicos, o administrativo (estudos de reservas minerais e de seu aproveitamento), e missões militares e de assistência técnica de outras espécies” (MOURA, 1959, p. 8-9). É nesse sentido que a análise dos vínculos entre o capitalismo norte-americano e o brasileiro não pode prescindir da ideia de que o primeiro se enraizara, em boa medida, no território nacional, concorrendo para influenciar, direcionar, moldar as legislações nacionais em matéria de comércio, investimento estrangeiro e exploração de recursos naturais.

Nesse sentido, nas décadas iniciais do segundo pós-guerra, à medida que o Brasil afirmou sua condição semiperiférica (e não mais periférica), passou a atuar como país subimperialista, disposto a uma política de cooperação antagônica com os Estados Unidos, nos termos propostos por Ruy Mauro Marini e identificados por Mathias Seibel Luce. Além de buscar algum grau de autonomia tecnológica e financeira, o Brasil passou a disputar com a Argentina a liderança regional, em um período de declínio da parceria histórica de Buenos Aires com Londres e de crise do modelo agroexportador local. Deve-se observar, porém, que a Argentina estava distante de secundar o Brasil na região da Bacia do Prata, pois Perón (1946-1955) manteve em seus dois mandatos uma política proativa na região, e o Itamaraty tinha entre suas principais preocupações o expansionismo argentino, objeto de inúmeras comunicações entre a embaixada em Buenos Aires e o Ministério das Relações Exteriores. Brasil e Argentina se apresentavam, na primeira metade dos

anos 1950, como potências regionais, que disputavam a primazia cultural e em setores como o da energia nuclear e que seriam considerados posteriormente, pela historiografia regional, como países semiperiféricos.

Um dossiê preparado pela embaixada argentina no Rio de Janeiro analisava a política externa do governo Vargas (1951-1954) de forma aprofundada, enfatizando a forte influência norte-americana no país e a rivalidade com a Argentina (ARGENTINA, 1954). Para a diplomacia argentina, existia no Brasil uma linha de conduta permanente na área de relações exteriores que havia possibilitado transformar o Itamaraty em uma instância poderosa na estrutura do Estado brasileiro. Essa linha seria a luta permanente com a Argentina pela supremacia ou liderança no sul do continente. A política sul-americana do Brasil seria uma orientação dos Estados Unidos para conter a influência argentina, uma política de um país que se encontrava sem orientação, que tinha perdido a iniciativa e que agia por contragolpe (VIDIGAL, 2009). Independentemente da interpretação da diplomacia argentina, era evidente o estreito vínculo que o governo Vargas mantinha com os Estados Unidos e sua relevância para a geopolítica platina.

Portanto, as relações Brasil-Estados Unidos na década de 1950 e no início da década seguinte já revelavam os vínculos estruturais assumidos ao longo do tempo e as condições que propiciaram ao Brasil exercer, sob o regime militar, o subimperialismo em todas as suas dimensões. Nas seções seguintes serão analisados alguns aspectos do subimperialismo brasileiro na América do Sul, sem nos determos em iniciativas conjuntas como a criação da ALALC. A ideia é sinalizar para a diversidade de condicionantes e de aspectos que informaram as iniciativas brasileiras de integração, possibilitando uma leitura mais abrangente e flexível da presença do capitalismo brasileiro na região e da autonomia com que o país atuou no âmbito regional.

2. A integração amazônica em clave autoritária

As políticas de aproximação, concertação e integração que Brasil e Argentina adotaram nos anos 1950 apontavam na direção de uma alternativa à presença econômica dos Estados Unidos e de outros países industrializados na região. A ideia do *desenvolvimento econômico autônomo*, alavancada pelas ideias industrializantes da Cepal e sentido de *autonomia*, conceito formulado por intelectuais como Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig, indicava a possibilidade de superação da condição de dependência e do advento de um capitalismo com forte coordenação estatal em favor da industrialização e da busca de melhores condições socioeconômicas. Os golpes militares de 1962, na Argentina, e de 1964, no Brasil, interromperam esse processo e promoveram

um reposicionamento dos Estados Unidos junto aos governos dos dois países.

A partir daqueles golpes de Estado, Brasil e Argentina passaram por um certo distanciamento, em razão da trajetória política errática do segundo e do regime autoritário do primeiro, simpático à Doutrina de Segurança Nacional proveniente de Washington. Por exemplo, entre 1962 e 1963, enquanto o Brasil era governado por João Goulart, que procurava contornar a crise econômica por meio de um ambicioso programa de reformas; na Argentina, o governo de José Maria Guido adotava uma política externa de viés pró-estadunidense e “ocidentalista”. Nos anos seguintes, enquanto o país vizinho passou a ser governado democraticamente por Arturo Illia, o Brasil iniciava a ditadura que duraria cerca de 20 anos. O governo do general Castelo Branco, enfrentando dificuldades no diálogo com os vizinhos platinos, voltou-se para os países da Bacia Amazônica, em um projeto de integração aparentemente autônomo, autodenominado Operação Amazônica.

A autonomia político diplomática no tratamento dispensado aos vizinhos sul-americanos pelo Itamaraty não significava oposição ou confrontação. Ao incorporar a integração regional entre os objetivos de sua política externa, a ditadura militar avançou na cooperação antagônica com os Estados Unidos pois, além de buscar junto ao governo de Washington melhores condições para o bom desempenho do setor industrial do país, abria uma nova frente na expansão dos negócios desse empresário, fortalecida com a consolidação da posição brasileira no subsistema regional de poder. Contudo, o regime militar brasileiro atuaria no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) em favor da intervenção na República Dominicana, cuja justificativa, sustentada por Washington, era a possibilidade de o país cair nas mãos de comunistas; e, no debate sobre as intervenções de Cuba em países sul-americanos, a diplomacia brasileira defendeu a criação de um dispositivo de segurança para a defesa das instituições do continente (VISENTINI, 2004).

A integração amazônica, concebida como parte da “integração hemisférica”, deveria estar em sintonia com a herança comum do Ocidente, não obstante a diferença econômica entre Norte e Sul. A integração deveria ocorrer sob a égide da Aliança para o Progresso e da OEA, e, como expressou o chanceler Juracy Magalhães, o Brasil não deveria incentivar cisões na unidade panamericana, nem por razões políticas nem sob o pretexto das disparidades econômicas. Coube ao ministro das Relações Exteriores visitar os países andinos para propor o debate sobre a integração amazônica, nos quais se manifestou contrariamente à formação de blocos econômicos na América Latina, defendeu a criação de uma força interamericana de paz – no que foi contestado pela diplomacia chilena – e se mostrou decidido a ampliar a cooperação regional e coordenar posições nos foros regionais. Propôs, junto a esses países, a

colaboração recíproca no desenvolvimento da Amazônia e a realização de uma conferência com os chanceleres dos países integrantes da bacia. Para Visentini (2004), a Amazônia foi um dos principais problemas enfrentados pela política interna e externa brasileira, em razão dos rumores sobre ameaças à soberania do país na região.

Realizada a 3 de dezembro de 1966, em Manaus, a Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia tinha entre seus objetivos integrar a região na vida econômica do país e “povoá-la racionalmente”, no intuito de promover a “conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios”. A linguagem tecnicista do presidente brasileiro no discurso de abertura do evento não ocultava a urgência brasileira em se iniciar “[...] uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos bons propósitos e intenções” (MRE, 1966). Era evidente a percepção de que o Estado brasileiro não se fazia presente e que as riquezas minerais da região poderiam atrair o interesse de potências estrangeiras. As referências à fome, ao desemprego e aos desequilíbrios da região não mitigavam uma concepção autoritária e excludente em termos sociais e geográficos.

Três anos depois da reunião de Manaus, que pode ser considerada o ponto de partida das negociações que levaram à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, o ministro Alarico Silveira Júnior sintetizou o que ele chamou de *filosofia sul-americana de cooperação amazônica*. Partindo da premissa de que os países amazônicos, mais cedo ou mais tarde, teriam que trilhar o caminho da integração, que o Brasil deveria assumir a condução do processo associativo e que os acordos bilaterais sobre projetos específicos eram os instrumentos mais adequados na realização dos propósitos brasileiros, afirmava a necessidade de guiar as iniciativas na região pela filosofia brasileira de integração, ou seja, a integração “sob nossa inspiração e liderança” (VIDIGAL, 2012, p. 72). Eram concepções desse tipo que informavam as noções de dependência e do subimperialismo brasileiro, pois, sem ferir as suscetibilidades de Washington, o Brasil procurava direcionar políticas regionais conjuntas para a Amazônia, que concorriam para aprofundar a presença dos capitais estrangeiros e seus valores na região.

Era o desdobramento natural da profunda interligação entre Brasil e Estados Unidos, consolidada por meio da cooperação no âmbito do Sistema Interamericano, das missões técnicas norte-americanas constituídas para avaliar as possibilidades do desenvolvimento econômico brasileiro (Missão Abbink, 1948; Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento, 1950), da cooperação na área de segurança (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, 1947; criação da Escola Superior de Guerra, 1949, inspirada na Doutrina de Segurança Nacional norte-americana), entre outras iniciativas. Como mencionado acima, o território brasileiro

tornara-se cenário da reprodução do capital norte-americano, que moldou regras, procedimentos e legislações nacionais. Consolidou-se, simultaneamente, a condição semiperiférica do país e a política subimperialista, na confluência da presença de capitais monopolistas estrangeiros, do esquema tripartite da reprodução do capital (exportação de manufaturados, gastos do Estado, sociedade de consumo), da política de liderança regional e da cooperação antagônica com o capitalismo, nos termos propostos por Luce.

A integração regional, abordada por meio do projeto dos militares castelistas para a Amazônia, permite identificar de que modo o subimperialismo se realizou historicamente. A profunda dependência brasileira e latino-americana de capitais europeus e norte-americanos ensejou a formação de um empresariado fortemente vinculado a esses capitais, aplainando as diferenças entre capital nacional e capital estrangeiro. Em alguns poucos momentos da história brasileira, esses dois segmentos entraram em conflito, como nos debates sobre a remessa de lucros, no governo João Goulart, com suas consequências conhecidas. Teria o processo de mundialização econômica dos anos 1970, 1980 e 1990, a crise da dívida externa, a emergência do pensamento e de políticas neoliberais e as transições para a democracia modificado o quadro latino-americano?

3. O Mercosul e a liderança brasileira

A assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, constituindo o Mercosul, foi o ponto de chegada de um longo processo que teve início nas respostas que os países latino-americanos deram diante da grande depressão dos anos 1930. Ensaios de integração entre Brasil e Argentina se fizeram presentes no Tratado de 1941, nos acordos de Uruguaiiana (1961), já sob o arcabouço de ideias “desenvolvimentistas” da Cepal, nas negociações que permitiram, a partir do final dos anos 1970, a superação do contencioso de Itaipu, os primeiros acordos na área nuclear e a aproximação militar no contexto da Guerra das Malvinas. Na década de 1980, no contexto da crise da dívida externa das maiores economias latino-americanas, da presença de governos neoliberais e anticomunistas nos Estados Unidos e Reino Unido, da “cruzada” e das transições políticas no Cone Sul, dirigentes latino-americanos tinham o desafio de conciliar democratização e desenvolvimento socioeconômico.

Naquele contexto, os Estados Unidos elevaram acentuadamente os juros, com a intenção declarada de combater a inflação gerada pelo segundo choque do petróleo, o que resultou no colapso do modelo de desenvolvimento baseado no endividamento

externo, adotado por diversos países, entre eles o Brasil. As dificuldades levaram o chanceler Saraiva Guerreiro, em reunião do G-77 ocorrida no Brasil em 1983, a aproximar o discurso diplomático brasileiro, um país que reconhecia suas limitações, da posição dos países do chamado Terceiro Mundo. Como observou Strange em *States and markets* (1988), os Estados Unidos, ao elevarem os juros internos, provocaram o aumento das taxas internacionais e dos preços em geral, conduzindo a semiperiferia sistêmica a uma crise profunda (apud MORAES, 2012). Foi naquele cenário que a internacionalista britânica identificou o poder crescente dos mercados e a instabilidade sistêmica que marcaria a trajetória do capitalismo a partir de então, no que chamou de *Casino capitalismo* (1986). E para descrever o poder norte-americano, que já se mostrava distante das críticas dos anos 1970 quanto ao seu declínio, propôs o conceito de poder estrutural, descrito de forma alegórica no preâmbulo de *States and markets* (1988), concebido como a capacidade de criar regras e procedimentos econômicos internacionais, de compor as estruturas nas quais os Estados atuam, de propor a agenda global e a *hide agenda* mundial, além de manter sua ascendência sobre os principais organismos internacionais e moldar os regimes de governança global. O conceito de poder relacional, complementarmente ao poder estrutural, se referia ao poder relativo de cada Estado em suas relações bilaterais.

Na interpretação de Gloria Moraes (2012), o poder estrutural se distanciava de concepções marxistas ou neomarxistas ao não priorizar a dimensão produtiva, mas se apresentava como um aporte relevante na compreensão do poder dos Estados Unidos na política internacional. Strange sugeriu a figura de uma pirâmide de quatro faces, composta pelas quatro fontes que conformam o poder estrutural: o controle sobre a segurança, o controle da produção, o controle das finanças e o controle sobre o conhecimento. Nos anos 1980, a política externa da administração Ronald Reagan, conhecida como “nova” ou “segunda” Guerra Fria, ditava os parâmetros com os quais os departamentos de Estado e de Defesa deveriam atuar; estabelecia os termos nos quais a revolução microeletrônica deveria avançar; potencializava o dólar como moeda internacional, pressionando aliados, como o Japão, a valorizar sua moeda como forma conter sua competitividade; e exaltava a ideologia neoliberal como única alternativa diante das dificuldades econômicas do período. Políticas econômicas neoliberais, que seriam sistematizadas no conhecido Consenso de Washington, tornaram-se moeda de troca para a liberação de recursos para países em desenvolvimento por parte de instituições internacionais, como o FMI.

As considerações acima não tiveram o intuito de vincular as ideias de Strange com o debate sobre o subimperialismo, mas descrever, de forma articulada, as forças que atuavam no mercado mundial no período em que as economias dos países

latino-americanos se defrontavam com a estagnação e com altos índices de inflação. As negociações entre Brasil e Argentina, iniciadas sob as ditaduras militares e potencializadas pela redemocratização, identificaram na integração regional a principal estratégia para o enfrentamento da crise. Era evidente a influência das ideias cepalinas dos anos 1950 e 1960 que, atualizadas para a nova conjuntura, foram denominadas de *neoestruturalismo latino-americano* por alguns internacionalistas (BERNAL-MEZA, 2013). O neoestruturalismo se pautou pela autonomia de ação dos países latino-americanos nos foros internacionais e pelo desenvolvimento *a partir de dentro*, em uma concepção que considerava factível o desenvolvimento socioeconômico de países semiperiféricos mesmo naquele cenário adverso (FERRER, 2002; LAVAGNA, 2002). Se diferenciava, assim, do que a Cepal em sua nova fase denominava de regionalismo aberto, uma forma de conciliar a mundialização econômica e preceitos neoliberais com a integração regional (CEPAL, 1994).

Na concepção neoestruturalista dos anos 1980, o regionalismo deveria concorrer para limitar a erosão à qual estava sendo submetido o Estado, por meio da recuperação de sua capacidade de regulação; para recuperar o papel da acumulação capitalista nacional, pública e privada, em favor do desenvolvimento nacional; para fortalecer o papel do setor privado nacional com o propósito de convertê-lo em “actor modernizador, dinámico y transformador”; e para reverter as condições estruturais negativas e as tendências objetivas da mundialização econômica (BERNAL-MEZA, 2000, p. 208). Distante do legado de Marini e de uma leitura realista das condições de época, o neoestruturalismo sugeria a existência de condições que não se verificavam à época, como um setor privado nacional disposto a buscar uma alternativa à mundialização e ao neoliberalismo.

O Mercosul, a despeito dos valores democráticos e das preocupações sociais presentes no Tratado de Assunção, foi antecipado de 1994 para 1991 por governos que, no âmbito econômico, implementavam políticas neoliberais. Não obstante, o Mercosul se constituía em um espaço econômico e político promissor, com mais de 200 milhões de habitantes e um produto interno comum de US\$ 900 bilhões de dólares, uma iniciativa original, liderada por países em desenvolvimento e criada a partir de necessidades e aspirações próprias, distintas de quaisquer outros modelos de integração (MADRID, 2003). Porém, não se pode menosprezar o fato de o bloco ter sido construído sobre os pilares da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Industrial (ALADI, 1980), herdeira da ALALC (1960), e de contar com empresas nacionais e empresas estrangeiras radicadas nos países-membros. Alguns setores da produção industrial, como o automotivo, interessado em se estabelecer no país vizinho e ampliar seus mercados e com grande poder de influência junto aos governos

nacionais, se destacaram nas negociações iniciais. Como observou Madrid (2003), as companhias transnacionais do setor, com atuação consolidada nos mercados argentino e brasileiro, ingressaram no Mercosul em um nível avançado de integração, com forte intercâmbio de partes, peças, componentes e veículos. À indústria automotiva se somaram companhias nacionais e estrangeiras do setor de alimentação (carnes, farinhas, lácteos), agrícola, energético e siderúrgico. Altamente dependentes de insumos e recursos financeiros de corporações mundiais, não seriam essas indústrias que caminhariam na direção de um desenvolvimento econômico “autônomo”. O Mercosul, em sua primeira década de existência, foi considerado um sucesso, sendo chamado por alguns internacionalistas de *Mercosul comercial*, em contraponto ao *Mercosul econômico* dos anos 1980.

As condições da economia mundial, regional e nacional dos anos 1990 eram muito distintas das que vigoravam no início dos 1960, mas os problemas relacionados à dependência tecnológica e financeira, aos limites do Estado na consecução da cooperação antagônica e à ausência de uma burguesia industrial com aspirações autonomizantes surgiam como linhas de continuidade entre as duas conjunturas. Para setores economicamente mais poderosos da indústria brasileira e de transnacionais radicadas no país, o Mercosul surgia com um mercado ampliado, inclusive para a exportação de capitais a partir do território nacional. Em seu processo de integração assimétrica, o bloco não criou mecanismos de superação das desigualdades regionais e mesmo internas, entre zonas hegemônicas e periféricas, frustrando as expectativas de elevação do nível social do conjunto (BUENO e CERVO, 2015). Nesse sentido, os países-membros elegeram o comércio exterior como núcleo da integração, em detrimento da concepção neoestruturalista dos anos 1980.

4. Lula e a integração regional, um caso de subimperialismo?

Os anos 2000 foram marcados, na América do Sul, por uma reação à onda neoliberal dos anos 1990, em distintas direções, e por uma reorientação da integração regional no sentido do alargamento ou da expansão do Mercosul. A primeira reunião de cúpula dos países da América do Sul, realizada em Brasília no ano 2000, propiciada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, ensejou a iniciativa de integração da infraestrutura regional (IIRSA), e nos anos seguintes foram realizadas ações como a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), o financiamento da convergência econômica no Mercosul e a preparação de uma comunidade sul-americana de nações. Sob o governo Lula, houve uma congregação de esforços no sentido de dar realidade à construção da América do Sul, ao tempo em que segmentos organizados

da economia brasileira procuravam fazer do Mercosul um polo regional adequado à globalização da economia brasileira.

A política externa brasileira, sob o comando de Lula e de Celso Amorim, estabeleceu como a prioridade a integração sul-americana, na qual o aprofundamento das relações com a Argentina e o adensamento do Mercosul eram considerados condições essenciais. Algumas tendências e questões relacionadas ao regionalismo já estavam presentes no período anterior e se tornaram ainda mais decisivas a partir de 2003: a liderança brasileira no processo de integração; os investimentos de empresas brasileiras em países vizinhos, com o apoio do BNDES, o banco de fomento mais importante do país; as pressões norte-americanas em favor da criação de uma área de livre-comércio das Américas (Alca); a crescente presença da China no comércio exterior brasileiro e de outros países da região; o processo de desindustrialização da economia brasileira, principal contradição com os planos “neodesenvolvimentistas” do governo (DORATIOTO e VIDIGAL, 2021).

A liderança brasileira na América do Sul, que chegou a ser verbalizada por Lula em discurso sobre a integração regional, se manifestou logo no início de seu governo, no protagonismo brasileiro na criação do Grupo de Amigos do secretário-geral da OEA para a Venezuela, em razão da crise política no país caribenho, que havia passado por uma tentativa de golpe de Estado – contra o governo de Hugo Chávez – no ano anterior. Amorim recorda que a crise interna e o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul eram temas recorrentes no início de governo, o que se concretizaria em 2012 no rastro da crise aberta com a destituição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo. Ainda em 2003, foi assinado o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e o Peru, o acordo de complementação econômica entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela – que daria lugar ao Acordo de Livre-Comércio Mercosul-Comunidade Andina, e, com a Argentina, o Consenso de Buenos Aires, que pretendia sinalizar para um contraponto ao Consenso de Washington. O lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), ao final de 2004, em Cusco, renomeada Unasul três anos depois, como um projeto comum de coordenação de políticas de integração econômica e de infraestrutura na América do Sul, seria o ponto alto da integração regional naqueles anos.

A integração econômica sul-americana contava com uma conjuntura interna e internacional favorável, que se estenderia até que os efeitos da crise financeira internacional de 2007-2008 batessem à porta. Havia certa convergência quanto ao acerto das políticas do governo por parte de setores populares, beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família, setores médios, beneficiados pela estabilidade, grupos empresariais da área industrial e financeira. A revista *The Economist* chegou a

colocar o país na condição “grande potência”, no que foi acompanhada, com alguma moderação, por outros veículos de imprensa de circulação mundial, enquanto no âmbito acadêmico latino-americano se discutia se o Brasil já atingira a condição de potência emergente, um passo além da condição de país emergente (BOSCHI, 2011; BERNAL-MEZA e BIZZOZERO, 2014). Nesse momento de otimismo quanto às possibilidades de o Brasil ingressar no clube dos países ricos, o BNDES cumpria papel essencial no processo de integração regional, com apoio às empresas brasileiras que investiam na região, ou mesmo na exportação de capitais brasileiros para outros continentes. Para Rodrigo de Almeida, o Brasil, com instituições financeiras sólidas e com o BNDES dispendo de recursos em escala no apoio ao investimento e em condições de enfrentar períodos de turbulência internacional, parecia estar ingressando no “clube” (BOSCHI, 2011).

Adotamos aqui a interpretação de Filgueiras, Pinheiro, Philigret e Balanco (MAGALHÃES et al., 2010), que propuseram o conceito de *modelo liberal-periférico*, a partir da constatação de que houve uma linha de continuidade na área econômica dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula que, acrescida de uma conjuntura internacional favorável, permitiu resultados importantes, como taxas elevadas de crescimento, redução do desemprego, flexibilização da política macroeconômica e presença decisiva do Estado na coordenação deste processo. Além disso, a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais permitiu compatibilizar interesses de setores subalternos com o grande empresariado. Estava em construção a hegemonia, em sentido gramsciano, das frações financeiro-exportadoras de capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais. Na nova divisão internacional do trabalho, o Brasil parecia articular exitosamente, de um lado, a reprimarização relativa das exportações, com novas bases tecnológicas e financeiras, mas com uso intensivo de mão-de-obra e de recursos naturais, e, de outro, o fortalecimento de segmentos específicos, como a indústria automobilística, petroquímica e aviação. A internacionalização da economia brasileira se dava com base em um consenso com distribuição de renda na era do capital financeiro¹.

A política de integração regional apresentava fragilidade semelhante pois era difícil convencer lideranças dos países vizinhos de que as empresas transnacionais do

1 Na interpretação de Luiz Filgueiras, Bruno Pinheiro, Celeste Philigret e Paulo Balanco o “novo consenso”, de crescimento com distribuição na era do capital financeiro, “[...] levou à incorporação marginal de parcelas da população de menor renda ao consumo, tendo como contrapartida a desmobilização política dos movimentos sociais e dos sindicatos, a tutela direta do Estado sobre a parte da população mais pobre, a despolitização da política, a desqualificação maior ainda dos partidos e, como resultado disso tudo, o surgimento, desenvolvimento e consolidação do ‘lulismo’” (MAGALHÃES, 2011, p. 64). Essa nova forma de dominação só foi possível em razão do transformismo político do Partido dos Trabalhadores, com certo viés autoritário, o que não excluía eventual mobilização popular como base apoio.

Brasil, no que tange aos seus interesses financeiros e práticas operacionais, seriam diferentes das transnacionais das grandes economias. Dois exemplos são suficientes para ilustrar o argumento. No caso da Bolívia, quando o governo Evo Morales enviou tropas para isolar duas refinarias brasileiras da Petrobrás, após decretar a nacionalização do petróleo e gás, medida com repercussões negativas na imprensa e no meio político brasileiro, o governo agiu no sentido de proceder à venda dos ativos, sob o argumento, correto ou não, de que a continuidade das operações da empresa na área de distribuição era o mais importante. Um ano depois, a Petrobrás havia elevado substancialmente os investimentos na Bolívia, tendo em vista os ganhos no longo prazo. Já no Equador, a empresa brasileira da área de construção civil Odebrecht, que já atuara em outros países da região, como na ampliação do metrô de Caracas, teve seus bens embargados pelo governo local e depois seria expulsa do país, sob denúncias de práticas de corrupção. Essa mesma empresa seria, alguns anos depois, uma das acusadas pela Operação Lava Jato, em um dos maiores escândalos da história brasileira, com reflexos em países da região como Equador, Peru e Argentina. Operação polêmica do ponto de vista político e jurídico, a Lava Jato não teve as denúncias de práticas de corrupção em empresas como Petrobrás e Odebrecht contestadas.

No plano internacional, o modelo liberal-periférico foi caracterizado pela liberalização, privatização e desregulação, pela subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e predomínio do capital financeiro. O conceito foi detalhado por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007) como liberal, por se estruturar a partir da liberalização das relações econômicas internacionais, da realização de reformas no âmbito do Estado da privatização de empresas estatais, o que reconfigurou a intervenção do Estado, e da desregulação do mercado de trabalho; e periférico, por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal, por meio de políticas próprias de um país secundário no âmbito internacional, caracterizado pela vulnerabilidade externa internacional. Ou seja, essa interpretação comporta tanto a condição de país semiperiférico quanto o conceito de subimperialismo, pois o Brasil atuou em conformidade com as regras e procedimentos dos organismos financeiros e econômicos internacionais e não confrontou – ainda que eventualmente tenha manifestado discordância por via diplomática – os interesses das grandes economias mundiais.

As relações com os Estados Unidos passaram por alguns atritos pontuais e certo estranhamento, após um início de diálogo que se apresentava como profícuo, em razão dos limites ideológicos impostos pelo PT, ao menos na visão do embaixador Rubens Barbosa (2011). O discurso do governo sinalizava para a busca de uma ordem internacional mais democráticas e equitativa, em razão dos profundos abismos sociais entre países ricos e pobres, das assimetrias entre o mundo desenvolvido e o

mundo em desenvolvimento. Indicava, além disso, a intenção de mudar o eixo da política comercial do Brasil e atuar no sentido do enfraquecimento da ordem unipolar. Independentemente da interpretação de Barbosa, esses princípios gerais de política e de relações internacionais não podem ser compreendidos de forma isolada, pois Brasil e Estados Unidos apresentavam flagrantes diferenças em matéria de política internacional e divergências pontuais em foros multilaterais. À época das negociações Brasil-Argentina para a criação do Mercosul, como registrado por Celso Amorim, o presidente George H. W. Bush lançou a Iniciativa para as Américas, proposta de criação de uma zona de livre-comércio que iria do Alasca à Terra do Fogo, transformada posteriormente em Cúpula das Américas, que a partir de 1994 deu início às conversações sobre a Alca: “[...] foi já na discussão 4+1 (i.e., os quatro que vieram a constituir o Mercosul mais os Estados Unidos) e, em parte, como resultado da necessidade de coordenar posições frente às demandas de Washington que a ideia da Tarifa Externa Comum do Mercosul se consolidou” (AMORIM, 2022, p. 27).

Em seus dois primeiros mandatos, Lula adotou medidas que certamente não contemplaram as “demandas de Washington”, embora seja difícil caracterizá-las como atitude de confrontação ou de desafio. Em março de 2003, quando os Estados Unidos e aliados invadiram o Iraque sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob a alegação – que se mostraria falsa – de que o regime de Saddam Hussein abrigava armas de destruição em massa, o Brasil se manifestou contra a guerra, alegando o desrespeito às normas internacionais por parte dos Estados Unidos. O anúncio do Consenso de Buenos Aires, logo em seguida, como contraponto ao Consenso de Washington, por mais que possa ser interpretado como um arroubo retórico de Lula e de Néstor Kirchner endereçado às suas bases políticas de apoio, mostrava desacordo com outro ponto fundamental da política de Washington. As relações de Brasília com Caracas, ao apoiar politicamente o governo “socialista” de Hugo Chávez na Venezuela, seguiram o mesmo curso. Sem a necessidade de seguir na citação de exemplos, as negociações em torno da Alca talvez tenham sido as que mais explicitaram os desacordos entre os dois países. O posicionamento brasileiro, contrário a um acordo que prejudicaria setores da economia nacional e semelhante ao da Argentina e Venezuela, entre outros, foi de postergação e, quando nem a Casa Branca contava mais com a maioria para aprovar a Alca junto ao Congresso, de obstrução às pretensões dos Estados Unidos.

Teria sido a política internacional do governo Lula suficientemente forte como que para apontar na direção da superação da dependência, para ir além da condição semiperiférica e para sublimar a política subimperialista? Não nos parece. Mesmo que na V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancún, no mês de setem-

bro de 2003, o Brasil tenha atuado em prol da criação do G-20 comercial e questionado as regras pelas quais se pautavam as grandes economias mundiais, não houve um questionamento em relação a este e outros organismos internacionais. Ao contrário, a internacionalização da economia brasileira se deu por meio da exportação de capitais nos marcos já existentes, com o Estado adotando a controversa política das empresas “campeãs nacionais” – Petrobrás, Vale, Embraer, WEG, JBS, Brazil Foods, Odebrecht – em declarada tentativa de emular o caso coreano. Com efeito, a forte presença de empresas do setor de mineração e de alimentos denunciava o grau de vulnerabilidade estrutural do país, que passou por um processo de desindustrialização e que revelava dificuldades no setor externo. A estrutura das exportações brasileiras, na leitura Filgueiras e Gonçalves (2007), era caracterizada por reduzida presença de produtos de maior densidade tecnológica e pelo predomínio de produtos intensivos em trabalho e recursos naturais, de baixo conteúdo tecnológico, portanto sensíveis às oscilações dos preços internacionais.

No mesmo sentido, a presença crescente da República Popular da China como parceira comercial e fonte de investimentos não significou mudanças quanto ao perfil do setor externo brasileiro. Com a elevação diplomática da China à condição de parceira estratégica, o comércio com esse país reproduziu o clássico perfil das relações centro-periferia, aprofundando a vulnerabilidade estrutural do Brasil. A forte demanda por petróleo e derivados, aço bruto e laminados, soja e carnes fortaleceu o agronegócio do país, um setor que não é conhecido pelo apreço ao Estado do bem-estar social e pela democracia.

Enfim, a política sul-americana do governo Lula agregou princípios da política externa de Jânio Quadros e João Goulart, como a autonomia de ação e o universalismo, compreendido como diversificação dos laços internacionais para diminuir a vulnerabilidade externa, da política integracionista do regime militar e do governo FHC, na promoção da integração física regional, e agregou o apoio decidido à expansão de empresas de capital nacional, juntamente com um discurso em favor da superação das desigualdades e assimetrias. O Brasil preservou o substancial das relações com Washington, com as economias da Europa ocidental e com o Japão e intensificou as relações com a China, a Índia e outros países “emergentes”, estas últimas fortalecidas politicamente com a criação conjunta dos Brics. Visto, porém, de Caracas, Quito, Lima, Buenos Aires ou outra capital dos países vizinhos, ainda existia a possibilidade de ter sua política sul-americana interpretada como imperialista ou subimperialista, da mesma forma que o foi nos anos 1960 ou 1970.

Considerações finais

Ruy Mauro Marini foi um intelectual e militante político que, ao lado de muitos outros, como Andre Gunder Frank, Thetônio dos Santos, Vânia Bambirra e Celso Furtado, procurou compreender o subdesenvolvimento dos países latino-americanos e propor alternativas para sua superação. Diferentemente da maioria desses intelectuais, Marini se sobressaiu por aliar a reflexão teórica à prática política – a *práxis* – tornando-se uma referência obrigatória entre os e as militantes políticos(as) da América Latina dos anos 1960 e 1970, como observaram Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2011). O propósito deste artigo não foi resgatar o personagem Marini, mas apresentar uma possibilidade de interpretação e aplicação na interpretação histórica de uma de suas contribuições mais importantes, o conceito de subimperialismo. O ponto de partida foi a tese de doutorado de Mathias Seibel Luce sobre o tema.

Marini dedicou grande parte de seu trabalho ao estudo sobre as diferentes formas de extração da mais-valia e suas combinações, sendo que, na América Latina, diferentemente de outras experiências, se utilizam distintos métodos de trabalho, que possibilitam que a mais-valia gere um maior valor agregado. Isso é determinante para a formulação do conceito de subimperialismo, uma forma específica de reprodução do capital que se realiza na confluência de variáveis como sua dimensão internacionalista, a presença de monopólios e do capital financeiro, o esquema tripartite de realização do capital e as relações antagônicas com o imperialismo. Sem adentrar no debate teórico mais profundo sobre essa forma de reprodução do capital, procuramos ilustrar a condição semiperiférica do Brasil e seu subimperialismo no contexto de iniciativas brasileiras e/ou conjuntas de integração regional.

Procuramos ao longo do texto fazer uso do argumento de Marini de que a reprodução do capital em países medianamente industrializados é parte integrante da reprodução do capital em termos mundiais, mas que dela se diferencia, em razão das condições socioeconômicas locais. As iniciativas brasileiras de integração a partir do golpe de 1964 – seja na Operação Amazônia, na criação conjunta do Mercosul ou sob os governos Lula (2003-2010) – se deram em consonância com a integração ao capitalismo mundial (norte-americano, europeu ocidental, japonês, chinês), mas foram formuladas a partir de interesses empresariais, militares e políticos internos. Como parte integrante do capitalismo mundial, por mais consistente que seja a cooperação antagônica e a atuação autônoma nas relações internacionais, os países semiperiféricos subimperialistas não conseguem escapar de sua lógica intrínseca, como preconizava Marini. A história das relações internacionais vem em nosso auxílio no sentido de fornecer elementos materiais para a análise, ampliando as possibilidades de interpretação.

De qualquer modo, seja sob regimes democráticos ou autoritários, sob governos liberais ou social-democratas, a economia brasileira – seus dirigentes, na verdade, tanto na área pública quanto na privada – respondeu da mesma forma. O país atuou em favor da integração regional fazendo uso de suas características geo-históricas – território, população, fronteiras, produção – para exercer mais ou menos explicitamente sua liderança. Para tanto, aliou-se aos principais centros capitalistas mundiais, inicialmente aos Estados Unidos, aos quais se somariam grandes economias da Europa ocidental e Japão – o grupo de países que, nos anos 1970, formou a chamada Trilateral – credenciando-se como parceiro estratégico dessas economias e angariando parte (menor) dos resultados.

Cada caso analisado, ainda que não mencionado no texto, contou uma ideologia na realização de seus objetivos de desenvolvimento socioeconômico: o desenvolvimento para todos do início dos anos 1960, a integração da Amazônia, como equivalente da integração (e bem-estar) da sociedade brasileira, a integração do Mercosul como contraponto aos constrangimentos internacionais, a integração como instrumento de integração social, a emular o slogan doméstico *Brasil, país de todos*. Ao longo dessas décadas o país não conseguiu superar sua condição de país semiperiférico, com sua economia integrada aos principais centros capitalistas e com a reprodução do capital pertinente às suas condições socioeconômicas ditando os contornos da integração.

Distanciamos-nos de Marini nos propósitos mais imediatos de sua reflexão teórica, ou seja, de suas preocupações com o subimperialismo e a revolução latino-americana, mas sem menosprezar a relevância de seu pensamento para a compreensão do Brasil, da América do Sul e da América Latina dos dias de hoje, assim como para nosso cotidiano acadêmico. Mesmo na Universidade de Brasília, instituição à qual foi vinculado nas origens da universidade e à qual retornou após a redemocratização, Marini não é um dos nomes mais lembrados quando de debates e conferências sobre dependência, subdesenvolvimento, imperialismo e outros aspectos que o destacaram como intelectual. Esperamos ter contribuído, mesmo que minimamente, para o debate sobre o subimperialismo.

Referências

- AMORIM, Celso. 2022. *Laços de confiança: o Brasil na América do Sul*. São Paulo: Benvirá.
- ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina: la construcción del orden*. Buenos Aires: Ariel, 2012. Tomo II: de la colonia a la disolución de la dominación oligárquica.
- ARGENTINA. Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto. R. E. nº 888, *secreta-urgente*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1954. [Arquivo histórico, caixa 20, carpeta 20.1].
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina, Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BARBOSA, Rubens. *O dissenso de Washington: notas de um observador privilegiado sobre as relações*

- Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2013.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- BERNAL-MEZA, Raúl; BIZZOZERO, Lincoln (eds). *La política internacional de Brasil: de la región al mundo*. Montevideú, Uruguai: Ediciones Cruz del Sur, 2014).
- BOSCHI, Renato R. (Org). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2015.
- CEPAL. *Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Cepal, 1994.
- DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2021.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FERRER, Aldo. *Vivir con lo nuestro: nosotros y la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Penguin Books, 1969.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016.
- LAVAGNA, Roberto. *Neoliberalismo versus capitalismo competitivo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.
- LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradição do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MADRID, Eduardo. *Argentina-Brasil: la suma del sur*. Mendoza: Caviar Bleu Editora; Universidad del Congreso, 2003.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1974 (5ª edición corregida y ampliada).
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1969.
- MORAES, Gloria. *A economia política de Susan Strange: o legado de uma pensadora independente*. In LIMA, Marcos Costa et al. *Teóricos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec; Capes, 2012.
- MOURA, Aristóteles. *Capitais estrangeiros no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). *Textos e declarações sobre política externa* (de abril de 1964 a abril de 1965). Primeiro aniversário da revolução de 31 de março de 1964. Rio de Janeiro: MRE/Departamento Cultural e de Informações, p. 12.
- STRANGE, Susan. *States and markets*. Londres: Pinter Publishers, 1988.
- TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Gunder Frank: o enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Insular, 2014.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. *A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas*. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *A América do Sul e a integração regional*. Brasília: Funag, 2012, p. 385-415.

- VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)*. Curitiba: Juruá, 2009.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.
- WRIGHT, Antônia Fernanda Pacca de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil*. Rio de Janeiro, 1972.